

PGE

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

BOLETIM INFORMATIVO Nº 23

Junho - 2011

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis.....	2
Decretos.....	2

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Jurisprudência.....	3
Atos Internos.....	3
Notícias.....	3



GOVERNADOR DO ESTADO
João Raimundo Colombo

PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO
Nelson Antônio Serpa

SUBPROCURADOR-GERAL
DO CONTENCIOSO
Antonio Fernando Athayde Jr.

LEGISLAÇÃO

ESTADUAL

Leis

EMENDA CONSTITUCIONAL ESTADUAL Nº 57, de 11 de maio de 2011

Altera a redação do § 2º do art. 90 da Constituição do Estado de Santa Catarina. "Os juizes auditores terão, as mesmas garantias, prerrogativas, vencimentos e impedimentos dos magistrados estaduais da última entrância, exceto o acesso por promoção ao Tribunal de Justiça."

LEI Nº 15.466, de 17 de maio de 2011

Institui o Dia Estadual da Pastoral da Criança.

LEI Nº 15.467, de 17 de maio de 2011

Dispõe sobre a criação de serventia extrajudicial na comarca de Descanso e adota outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 188, de 23 de maio de 2011

Fixa o valor do vencimento dos integrantes do quadro de pessoal do Magistério Público Estadual e estabelece outras providências.

Decretos

DECRETO Nº 201, de 3 de maio de 2011

Regulamenta as funções exercidas pelos ocupantes de cargo de provimento de Analista Técnico em Gestão de Controle de Transportes e Terminais, e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 209, de 6 de maio de 2011

Introduz as Alterações 2.654 a 2.749 no RICMS-SC/01.

DECRETO Nº 210, de 6 de maio de 2011

Introduz as Alterações 2.750 a 2.753 no RICMS/SC.

DECRETO Nº 211, de 6 de maio de 2011

Introduz as Alterações 2.754 a 2.757 no RICMS/SC.

DECRETO Nº 217, de 6 de maio de 2011

Estabelece normas para a execução da licitação e a contratação de serviços de publicidade e propaganda de interesse da administração pública estadual direta e indireta.

DECRETO Nº 218, de 9 de maio de 2011

Dispõe sobre os critérios de utilização dos recursos financeiros da Fonte 120 - Cota parte do Salário Educação e Fonte 131 - Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica - Fundeb, Transferência da União.

DECRETO Nº 227, de 12 de maio de 2011

Estabelece a atualização do valor do auxílio mensal, de natureza indenizatória, aos agentes temporários de serviços administrativos, nos termos do inciso II do art. 8º da Lei Complementar nº 302, de 28 de outubro de 2005.

DECRETO Nº 228, de 13 de maio de 2011

Dispõe sobre a forma de aplicação dos recursos financeiros depositados em conta especial para pagamento de precatórios, nas modalidades referidas no § 8º do art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

DECRETO Nº 230, de 13 de maio de 2011

Altera o Decreto nº 2.128, de 20 de fevereiro de 2009.

DECRETO Nº 231, de 13 de maio de 2011

Introduz as Alterações 2.758 a 2.779 no RICMS/SC

DECRETO Nº 232, de 13 de maio de 2011

Introduz as Alterações 2.780 a 2.783 no RICMS/SC

DECRETO Nº 233, de 13 de maio de 2011

Introduz a Alteração 2.784 no RICMS-SC

DECRETO Nº 234, de 13 de maio de 2011

Introduz as Alterações 2.785 a 2.788 no RICMS/SC.

DECRETO Nº 235, de 13 de maio de 2011

Introduz as Alterações 2.789 a 2.794 no RICMS/SC.

DECRETO Nº 238, de 18 de maio de 2011

Altera dispositivos do Decreto nº 089, de 16 de março de 2011, que dispõe sobre a utilização e ressarcimento dos gastos com a Rede de Governo pelos órgãos e entidades da administração pública estadual.

DECRETO Nº 239, de 18 de maio de 2011

Altera dispositivos do Decreto no 1.945, de 5 de dezembro 2008, alterado pelo Decreto no 2.673, de 5 de outubro de 2009 e pelo Decreto no 2.803, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a aquisição de materiais permanentes, autorização para contratação direta, alteração de contratos e instrumentos congêneres celebrados no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual, participação de servidores em eventos, e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 240, de 18 de maio de 2011

Altera o art. 57 do Decreto no 1.291, de 18 de abril de 2008, que regulamenta a Lei no 13.336, de 8 de março de 2005, alterada pela Lei no 14.366, de 25 de janeiro de 2008 e pela Lei no 14.967, de 7 de dezembro de 2009, e disciplina a celebração de instrumento legal pelo Governo do Estado que tenha como objeto o financiamento de projeto, por meio do Fundo Estadual de Incentivo à Cultura - Funcultural, o Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo - Funturismo e Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte - Fundesporte, no âmbito do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte - Seitec, e adota outras providências.

DECRETO Nº 243, de 18 de maio de 2011

Altera dispositivos do Decreto nº 3.607, de 23 de dezembro de 1998, que aprova o Regimento Interno da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - Jucesc e a distribuição dos cargos de provimento em comissão e das funções executivas de confiança que integram a estrutura do órgão.

DECRETO Nº 264, de 25 de maio de 2011

Cria a Comissão de Acompanhamento das Obras de Restauração da Ponte Hercílio Luz.

DECRETO Nº 268, de 26 de maio de 2011

Acrescenta dispositivos ao art. 3º do Decreto nº 1.158, de 18 de março de 2008, que regulamenta a delegação de competência aos Secretários de Estado, Procurador Geral do Estado, Procurador Geral Junto ao Tribunal de Contas e aos dirigentes de Autarquias e Fundações do Poder Executivo Estadual.

DECRETO Nº 269, de 26 de maio de 2011

Altera o parágrafo único do art. 3º do Decreto no 1.945, de 5 de dezembro 2008, e o art. 2º do Decreto no 239, de 18 de maio de 2011.

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA DGPA-SEA/DCOG-SEF Nº 001, de 12 de abril de 2011

Estabelece normas de administração de Bens Móveis no que

tange a Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável do Ativo, Depreciação, Amortização e Exaustão dos bens do Estado.

PORTARIA Nº 314 SEA, de 19 de maio de 2011

Dispõe sobre a caracterização e a classificação do adicional de penosidade, insalubridade e risco de vida para os servidores do Poder Executivo da administração direta, autárquica e fundacional.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

JURISPRUDÊNCIA

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 853.618 - SP (2007/0247399-4)

Publicação: 3 de junho de 2011

Relator: Ministro João Otávio de Noronha

Embargante: João Alfredo Maneira da Silva e outros

Embargado: Fazenda Nacional

Ementa

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. REMESSA NECESSÁRIA. AUSÊNCIA DE RECURSO VOLUNTÁRIO DA FAZENDA PÚBLICA. JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA NO SENTIDO DO ARESTO EMBARGADO. INAPLICABILIDADE DO INSTITUTO DA PRECLUSÃO LÓGICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 168/STJ.

1. A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça pacificou entendimento no sentido de que a ausência de recurso da Fazenda Pública contra sentença de primeiro grau não impede, em razão da remessa necessária (art. 475, do CPC), que ela recorra do aresto proferido pelo Tribunal de origem. Não se aplica aos casos da espécie o instituto da preclusão lógica.

2. Superado o dissenso em relação ao tema objeto do recurso, visto que a jurisprudência pacificou-se no sentido do aresto impugnado, tornam-se incabíveis os embargos de divergência (Súmula n. 168/STJ).

2. Embargos de divergência não conhecidos.

ATOS INTERNOS

DETERMINAÇÃO DE PROVIDÊNCIA PGE/GAB Nº 001, de 28 de abril de 2011

O Procurador-Geral do Estado determina que:

1) Quando da elaboração da folha de pagamento do magistério público estadual, o Prêmio Educar não mais seja suprimido da remuneração dos professores e servidores titulares da vantagem quando, se encontrem nas seguintes situações de afastamento: férias, licença-gestação, licença-paternidade, licença para tratamento de saúde, readaptação, licença-prêmio, licença para concorrer a cargo eletivo, licença no interesse da administração e licença para exercício em órgão de direção sindical;

2) Seja providenciado, em favor dos professores e servidores titulares da vantagem, na próxima folha a ser elaborada e implementada, o pagamento retroativo e atualizado do Prêmio Educar relativamente as férias usufruídas durante o recesso escolar do início de 2011, com a utilização de código próprio no contracheque, que nitidamente evidencie tratar-se da quitação dos referidos créditos.

Destinatários: Secretaria de Estado da Administração, Órgão Central do Sistema de Gestão de Pessoas. Secretaria de Estado da Educação.

PORTARIA GAB/PGE Nº 37, de 27 de abril de 2011

Designa Procuradores do Estado para atuarem em conjunto ou separadamente, de primeira a última instância em todos os feitos judiciais que digam respeito às Rodovias SC-400, SC-

401, SC-402 e SC-403, e em que são partes o Deinfra (Departamento Estadual de Infraestrutura) e Engepasa - Engenharia do Pavimento S/A, e/ou sua sucessora Emtuco - Serviços e Participações S/A, e Minerplan - Mineradora e Pesquisa Lavro Müller S/A. Revoga a Portaria Nº 015/PGE/2010.

PORTARIA GAB/PGE Nº 47, de 19 de maio de 2011

Remove servidora do cargo de Analista Técnico em Gestão Pública

PORTARIA GAB/PGE Nº 48, de 25 de maio de 2011

Prorroga por 60 dias, a contar de 18 de maio de 2011, os efeitos da Portaria nº 23, de 18/6/2010 para término dos trabalhos de Comissão Processante.

PARECER Nº 123/2011

Autor: Jocélia Aparecida Lulek

Origem: Secretaria de Estado da Segurança Pública

Ementa: Cargo Comissionado. Exoneração. Prova da prestação de serviços em período anterior a publicação do ato. Presunção de boa-fé. Restituição de valores pagos em dias trabalhados. Impossibilidade.

PARECER Nº 122/2011

Autor: Silvio Varela Junior

Origem: Secretaria de Estado da Administração

Ementa: Servidor público. Contagem proporcional do tempo de serviço prestado sob regime especial de aposentadoria. Art. 34, da Lei nº 1.139/92. Direito adquirido. Art. 5º, inciso XXXVI, da CF/88. Direito reafirmado pelo art. 4º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

PARECER Nº 120/2011

Autor: Silvio Varela Junior

Origem: Secretaria de Estado da Administração

Ementa: Empregado de Empresa Pública regido pela CLT. Aproveitamento em outro órgão. Art. 8º, da LC nº 322/2006. Ofensa ao disposto no art. 39, da C.F./1988. Necessidade de regularização funcional. Decisão do TCE e do TJSC- ADI Nº 2007.040686-3. Declaração de Inconstitucionalidade. Recomendação de desfazimento dos respectivos atos da lotação. Possibilidade de restabelecimento da situação funcional anterior (disposição ou convocação).

NOTÍCIAS

Eleitos novos membros do Conselho Superior

Os procuradores do Estado Naldi Otávio Teixeira (60 votos), Flávia Dreher de Araújo (37 votos) e João Carlos Castanheira Pedroza (33 votos) foram eleitos para fazer parte do Conselho Superior da PGE pelo biênio 2011-2012. A eleição aconteceu em 19/6, na sede da instituição. São dois representantes da Classe Final da carreira de Procurador do Estado (Teixeira e Araújo) e um representante único para as Classes Intermediária e Inicial (Pedroza). Eles vão substituir os procuradores Rogério de Luca, Ricardo de Araújo Gama e Renato Domingues Brito.

O Conselho Superior tem como atribuição auxiliar para garantir a padronização na orientação jurídica do Estado; analisar matérias de interesse da PGE e ajudar na uniformização da jurisprudência administrativa do Estado.